

adubos nitrogenados correspondentes a 3 milhões e 900 mil toneladas, mas os fabrica no ritmo impressionante de 4 milhões e 800 mil toneladas. O mesmo acontecendo com os adubos fosfatados, cuja produção ultrapassa as necessidades. Assim, para uma reforma agrária completa, necessária e indispensável ao progresso do Brasil, se impõe, também, o desenvolvimento da nossa produção de fertilizantes e adubos. Esta é uma questão de importância extraordinária para o progresso da nossa agricultura.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jacob Zveibil. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Nelson Pereira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alfredo Farhat. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, aproveito a presença de V. Exa. em Plenário, presidindo esta sessão, para dizer V. Exa. que, recentemente, fiz um discurso segundo o qual a responsabilidade pela poluição das águas dos nossos rios cabe exclusivamente aos peixes. (Risos.)

Durante o Governo Garcez, durante o Governo Jânio Quadros, durante o Governo Carvalho Pinto e durante o Governo Adhemar de Barros, não amos notícia de interdição das instalações de empresas poluidoras dos nossos rios, águas correntes e dormentes, como determina lei de minha iniciativa.

Não há muito tempo solicitei a V. Exa. fosse marcada audiência dos Srs. deputados com o Chefe do Poder Executivo, em cumprimento de decisão desta Assembléia, que constituiu uma comissão especial incumbida de fazer um apelo ao novo Governador, no sentido do cumprimento rigoroso da lei contra as poluições. Passam-se os dias, as semanas, creio que se foi mais de um mês e até hoje não pôde o Poder Legislativo levar ao conhecimento do Poder Executivo o apelo que esta Assembléia aprovou.

Chego, então, àquela conclusão, Sr. Presidente: a culpa da poluição dos nossos rios, águas correntes e dormentes, não é de nenhum governo, não é de nenhuma criatura humana com responsabilidade administrativa; é exclusivamente dos próprios peixes.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta dizer que realmente está em falta com o nobre deputado Cid Franco, e procurará, ainda no dia de hoje, entender-se com o Poder Executivo no sentido de ser recebida a comissão.

O SR. CID FRANCO — Muito grato a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre deputada Conceição Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, acabo de enviar a S. Exa., o Sr. Vice-Governador de Minas Gerais, a seguinte carta: (Lê)

«São Paulo, 25 de junho de 1963.

Meu ilustre e caro amigo Vice-Governador Clóvis Salgado.

O que lhe estou passando às mãos são dois discursos que proferi nesta Assembléia, um no dia 19 e outro na data de ontem, nos quais focalizei o caso do Sr. Secretário da Educação do Estado de São Paulo, o Padre Januário Baleeiro de Jesus e Silva.

Pode o ilustre amigo, pela leitura destas duas peças publicadas no «Diário Oficial» do Estado, ver que estou muito bem documentada em relação ao assunto: o atual Secretário da Educação do Estado de São Paulo, realmente, sofreu processo no Estado de Minas Gerais por desvio de dinheiro e por perversão sexual, no Instituto Agrícola de Menores «Artur Bernardes», de Lagoa Santa; sobre estes casos tenho inclusive parte de depoimento de ex-funcionários do estabelecimento, que testemunharam feitos do padre. Isto só para falar na atuação do padre em Minas porque tenho documentos de outros feitos de S. Exa. como capelão da Aeronáutica, informações sobre o processo que a respeito se encontra na 1.ª Base Aérea e que versa sobre as mesmas faltas; desvio de dinheiro das escolas da Base Aérea e perversão sexual.

Enviei o ilustre amigo uma carta defendendo o Secretário da Educação deste Estado, mas estou certa de que, nesse sentido, foi levado por sua boa-fé. Fui eu quem levantei estas denúncias contra o Sr. Secretário, e eu, como católica apostólica romana, além de nunca levantar calúnias, no caso teria ainda escrúpulos mais sérios, pois estaria ante uma situação que envolvia um sacerdote. Afirmando, portanto, que não posso considerar o atual Secretário da Educação deste Estado como sacerdote da minha Igreja, pois não pode estar investido da função de representar essa fé quem sofreu expulsões de organismos militares e educacionais por ações dessa natureza.

Pode o amigo fazer verificações em Lagoa Santa e verá se, neste caso, não me assiste a razão. Determine mesmo uma averiguação e, então, terá um perfil de quem responde por uma Secretaria de Estado, e justamente a Secretária que é responsável pela formação de nossa juventude.

Sinto-me no dever de fazer-lhe esta comunicação. O mesmo dever me levou a denunciar o Padre Baleeiro da tribuna da Assembléia. É um dever de católica, de deputada e de criatura humana. Não poderia permanecer impassível diante de tais acontecimentos, pois São Paulo não pode ser lugar de continuação desses feitos; não tivessem eles ocorrido em Belém e Lagoa Santa, e nada se poderia dizer; mas, infelizmente, a situação é outra. Não se pode ter prazer na lida desses assuntos, mas a minha omissão seria por mim mesma considerada cumplicidade.

Com as homenagens de minha estima e admiração, sou, sinceramente, a amiga Conceição da Costa Neves.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, tenho em mãos um recorte da «Folha de São Paulo», de hoje, cujo título é o seguinte: «Transporte mais caro (C.M.T.C. e particulares)». E diz a notícia:

(Lê) — «As tarifas da CMT e das empresas particulares de ônibus vão ser aumentadas, de acordo com estudos que se processarão ainda esta semana, tendo em vista estabelecer os novos níveis e sua vigência. A majoração tem por objetivo atender a novos encargos das empresas, como o aumento salarial dos empregados, ora em fase de entendimentos.

Diretores da CMT estiveram, ontem, no Ibirapuera, e conferenciaram com o Prefeito Prestes Maia. Ao que apurou a reportagem, foram, novamente, examinadas questões referentes à majoração tarifária dos transportes coletivos urbanos. A diretoria da concessionária, inclusive, deu conhecimento ao Prefeito dos entendimentos havidos entre patrões e empregados para reajustamentos salariais.

Segundo fontes ligadas ao Ibirapuera, o Prefeito está disposto a concordar, desta vez, com a elevação das tarifas de transporte coletivo na capital».

Notícias como essa, Sr. Presidente, lemos, diariamente, através dos órgãos de imprensa, na Capital. Ainda hoje, deparei com uma outra, dizendo que o litro de leite vai custar 100 cruzeiros e que a carne já foi aumentada em mais 25 cruzeiros, sem ordem da COAP, da COFAP, sem ordem de ninguém.

Então, cria-se, Sr. Presidente e Srs. deputados, esta situação difícil: os trabalhadores são obrigados a recorrer a dissídios coletivos para equilibrar a receita com o despesa. No mesmo pé de igualdade, Sr. Presidente, estão os servidores públicos do Estado de São Paulo: não tem outra saída se não, também, apelar para o Chefe do Poder Executivo, no sentido de que S. Exa. encaminhe a esta Casa uma mensagem objetivando o reajustamento de vencimentos. E o reajustamento de vencimentos, Sr. Presidente e Srs. deputados, pleiteado pelos servidores públicos, através das entidades de funcionalismo, no caso, a União dos Servidores Públicos, é da ordem de 70 por cento. Além do aumento referido, de 70 por cento, desejam os servidores a elevação do salário-família na base de Cr\$ 3.500,00, além da efetivação dos extranumerários com 2 anos de serviço e, principalmente, convênios com hospitais do interior para atenderem os servidores que residem na hinterlândia.

Esse quatro itens, que constituem a maior aspiração do funcionalismo público, foram aprovados em memorável reunião realizada na segunda-feira passada na sede social da entidade por mim referida.

Sr. Presidente, Srs. deputados, se o custo de vida sobre diariamente e o servidor não tem outra alternativa se não lançar mão desse expediente, solicitar aumento de vencimentos, só resta uma coisa, Sr. Presidente. Só resta que o chefe do governo tenha boa-vontade, mandando mensagem a esta Casa, sem demora, objetivando a elevação dos vencimentos dos servidores nesta base por mim posta, de 70%.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gilberto Geraldo Siqueira Lopes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, há algumas semanas tivemos ensejo de ocupar esta tribuna a fim de focalizar o problema da transferência da Escola Nacional de Florestas da cidade de Viçosa, Minas Gerais, para o Município de Rio Claro, em nosso Estado, junto ao Centro de Pesquisa, Ensino e Treinamento Florestal, ali sediado e que representa a continuidade dos notáveis trabalhos efetuados por Navarro de Andrade, o grande silvicultor paulista.

Essa escola, instalada em Minas Gerais mediante convênio firmado pelo Governo Federal com a FAO — Organização das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação — tem tido suas atividades prejudicadas pela impropriedade de sua localização no Município de Viçosa. Foram iniciadas gestões,

por isso, visando à sua transferência para Brasília, onde não cremos que ela ficaria melhor instalada.

Bem compreendendo a situação, o Conselho Florestal do Estado de São Paulo pleiteou a localização da Escola Nacional de Florestas junto ao Horto Florestal, nesta Capital ou no Município de Rio Claro.

As duas soluções, indiscutivelmente, são ideais e representariam um avanço e uma notável contribuição para o incremento e o incentivo das pesquisas florestais em São Paulo, com reflexos benéficos em todo o Brasil, eis que somente em nosso Estado temos a prática do reforestamento.

Cremos, por todas estas razões, que a Assembléia Legislativa do Estado não poderá ficar alheia ao assunto, devendo apoiar, pela totalidade dos seus membros, a moção que passaremos a ler e cuja justificativa está contida nas palavras que acabamos de proferir.

A moção é dirigida ao Sr. Presidente da República e ao sr. Ministro da Educação e Cultura. Diz ela:

(Lê) «Considerando que o Governo Federal cogita de transferir para outro local mais apropriado a Escola Nacional de Florestas, instalada em Viçosa, Minas Gerais;

Considerando que no Estado de São Paulo, quer no Horto Florestal, em São Paulo; quer no Município de Rio Claro, onde há o Centro de Pesquisa, Ensino e Treinamento Florestal; seria ideal a localização da Escola Nacional de Florestas;

Considerando que no Estado de São Paulo há uma tradição e uma larga soma de experiências e estudos da Silvicultura que não podem ser desprezados quanto aos fatores determinantes da localização de um estabelecimento de ensino especializada desta natureza;

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo apela aos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministros da Educação e Cultura e da Agricultura, no sentido de que estudem a transferência, para um dos locais acima mencionados, da Escola Nacional de Florestas».

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Oswaldo Massel.

(O Sr. Oswaldo Massel, pronuncia um discurso que, por depender de revisão do orador, será publicado depois).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leônício Ferraz Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Juvenal de Campos.

O SR. JUVENAL DE CAMPOS — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, há trinta dias mais ou menos, recebi nesta Casa uma comissão de vereadores da Câmara Municipal de Sorocaba, a qual desejava tratar sobre o andamento do projeto de lei de autoria do nobre deputado Roberto Cardoso Alves, dispondo sobre a criação da Faculdade de Engenharia naquela progressista cidade. Naquela oportunidade encaminhei à comissão de vereadores à presença do Presidente deputado Ciro Albuquerque, ficando deliberado que eu requeresse relator especial àquela proposição, uma vez que já contava com pareceres favoráveis das comissões permanentes desta Casa. De acordo com o combinado, naquela mesma dia subscritel o requerimento. Hoje venho de receber ofício da Câmara Municipal de Sorocaba solicitando-me as seguintes informações: 1.º — Foi designado relator especial, prometido pelo Presidente da Assembléia Legislativa, ao projeto de lei, que visa a instalação em Sorocaba, da Faculdade de Engenharia? — 2.º — Se foi, quando entrará na Ordem do Dia para os debates e sua aprovação em segunda discussão? — 3.º — Quais as medidas tomadas por S. Exa. no sentido de ser concretizada tão importante reivindicação do povo Sorocabano? Para esclarecimento aos nobres edis sorocabanos devemos informar que aquela proposição virá à ordem do dia tão logo haja oportunidade, uma vez que esta Assembléia esteve durante vários meses tratando unicamente da Lei de Caráter Financeiro. Sobre esse mesmo assunto estranhei que o deputado Jacob Salvador Zveibil tivesse apresentado na sessão de ontem proposição no mesmo sentido, isto é, criando Faculdade de Engenharia em Sorocaba, quando na verdade existe proposição em andamento nesta Assembléia. Perdoo S. Exa. por ter tomado tal iniciativa uma vez que S. Exa. desconhece os problemas de Sorocaba.

Sr. Presidente, Srs. deputados, estou encaminhando à Mesa também, um projeto de lei visando à criação, na Comarca de Sorocaba, de uma Vara Privativa de Acidentes do Trabalho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Blota Júnior.

O SR. BLOTA JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, explodiu em São Paulo, como dolorosa surpresa, uma Portaria do Conselho Nacional do Petróleo proibindo a venda dos fogões a gás liquefeito a partir do próximo dia 1.º. Segundo já informa a imprensa e se manifesta São Paulo, através de suas forças mais vivas, é um cataclisma que desaba sobre o nosso comércio e a nossa indústria, principalmente sobre o nosso operariado, denunciando que cerca de 15 mil operários teriam de ser dispensados se a Portaria do Conselho Nacional do Petróleo encontrasse efetiva aplicação. Mas ainda não entendemos como possa esta cidade, este Estado, através do seu progresso constante, do seu crescimento total, enfrentar o problema da alimentação, da cozinha, se não há outra possibilidade para que possa se apelar uma vez que não haverá mais a venda de novas quotas de gás liquefeito. O gás liquefeito já foi incrementado por governos anteriores para prevenir a dizimação sem pelas das nossas reservas florestais, e vem agora o Conselho Nacional do Petróleo, através da absurda decisão, pretender que retornemos ao fogão à lenha, pois não há outra maneira, bastando dizer que só na Capital de São Paulo a Companhia de Gás de rua desde 1946 não faz uma única ligação. O consumo de 640.000 toneladas de gás liquefeito, Sr. Presidente, apenas acarretam o gravame de 0,25% do orçamento de derivados de petróleo, no valor de um milhão e meio de dólares, enquanto que só os turistas brasileiros gastaram no exterior 50 milhões de dólares.

Podemos fazer menos passeios para que as nossas cozinhas tenham mais combustíveis, já que tão pouca comida podem oferecer em cima do fogão.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Nabil Abi Chedid.

O SR. NABIL ABI CHEDID — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, estamos apresentando hoje a seguinte indicação:

(Lê) «Indico ao Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, a necessidade de ser reaparelhada a Estrada de Ferro Bragantina, tendo-se em conta a influência decisiva desta ferrovia nos transportes da região a que serve.

Justificativa

A Estrada de Ferro Bragantina serve a uma extensa e rica região do nosso Estado. Através de suas composições, escoam-se, para outras zonas de São Paulo, a produção que aí se desenvolve ou aquela que para ali converge, oriunda de outras regiões abastecedoras. Além do mais, no que concerne ao transporte de passageiros, é realmente valiosa a contribuição dessa ferrovia, muito embora existam empresas rodoviárias servindo todas as cidades cortadas pela Bragantina. Acontece, porém, que as condições materiais dessa ferrovia estão em lamentável estado de precariedade. A impressão dominante, entre as populações que se servem da estrada, é a de que a ferrovia é, atualmente, aparelhada com o refúgio oriundo das outras ferrovias do Estado. A sucata proveniente da Mogiana e de outras estradas de bitola estreita é encaminhada à Bragantina, num desolador atestado da subestimação que a locomotiva recebe dos poderes oficiais de São Paulo. Diante de tal desprezo, as locomotivas, os vagões e todo o aparelhamento da estrada já se encontra em adiantado estado de obsolescência, ocasionando dificuldades, atrasos e inconvenientes de toda a espécie aos seus usuários. Tratando-se de um meio de transporte ainda acessível à grande massa do povo, principalmente pela economia que pode favorecer aos que dele se servem, numa região onde predomina maioria de habitantes falhos de recursos pecuniários, é de se lamentar a omissão e o descaso mesmo com que é tratada a ferrovia. A mesma situação prevalece, no entanto, quando se atenta para a importância da Bragantina, como meio de transporte da produção agrícola, que é, na região, bem considerável, dando em resultado aproveitamento inexpressivo da ferrovia. Em consequência, o transporte de passageiros e de mercadorias, que poderia ter, na Bragantina, um fator poderoso de fácil e econômico escoamento, se vê dificultado pelo estado de quase insolvência do seu material. Com essa situação, ficam prejudicados os usuários, a produção agrícola de toda aquela região e, também, a própria estrada, que vê definhando sistematicamente as suas possibilidades econômicas. A presente indicação, ao reivindicar o reaparelhamento imediato da aludida ferrovia, persegue, portanto, o desejo de reajustá-la às grandes necessidades de meios de transportes que a região requer, dia a dia, em virtude do seu desenvolvimento. E de se esperar, pois, franca receptividade dos poderes constituídos aos objetivos inadiáveis desta proposição.

O SR. SOLON BORGES DOS REIS (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, como transcorreu a 23 do corrente o 32.º aniversário de fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho — «IDORT», pode parecer aos menos avisados que esta Casa, que se tem congratulado com tantas ocorrências de menor relevância, se tenha omitido a respeito dessa efeméride. Por isso eu me permito a liberdade de vir a V. Exa. solicitar a publicação de um requerimento que encaminhei à Mesa em data de 20 do corrente. Nesse requeri-